

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.157 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 12 DE SETEMBRO DE 2000

O Plenário deve também votar projeto que altera os critérios para outorga e renovação de concessões para emissoras de rádio e TV



Senado vota mudança na lei de privatização

Projeto de lei de autoria do senador Álvaro Dias impede a venda da Petrobras, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal

Deve ser votado hoje projeto do senador Álvaro Dias que altera o Programa Nacional de Desestatização. A proposta proíbe a venda de ações da Petrobras que excedam o mínimo

necessário para manter o controle do governo sobre a empresa. O projeto também impede a privatização da empresa, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

PÁGINA 3

CE

TVs comunitárias podem ter autorização

O parecer ao projeto que cria o serviço de televisão comunitária deve ser votado hoje pela Comissão de Educação. A proposta é do senador Paulo Hartung.

PÁGINA 3

CRE

Indicação de diplomata será analisada

A Comissão de Relações Exteriores vota hoje a indicação de Francisco de Paula de Almeida Nogueira Junqueira como embaixador na República Tcheca.

PÁGINA 3

CMO

Comissão de Orçamento elege novo presidente

A Comissão Mista de Orçamento reúne-se hoje, às 17h, para escolher os novos presidente e vice-presidente do colegiado. Deve também ser escolhido o relator do Orçamento de 2001.

PÁGINA 3

CAE debate nome para diretoria do BC

A indicação de Ilan Goldfajn para a Diretoria de Política Econômica do Banco Central é um dos 13 itens previstos para serem votados hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos. Também está na pauta pedido de autorização de empréstimo para a Petrobras.

PÁGINA 3

ANTONIO CARLOS MAGALHÃES DEFENDE MANUTENÇÃO DA SUBCOMISSÃO DO JUDICIÁRIO

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, defendeu ontem a continuidade dos trabalhos da Subcomissão Permanente do Judiciário. Ele também anunciou que a Mesa só será convocada para decidir sobre os pedidos de quebra de sigilo bancário do ex-secretário da Presidência Eduardo Jorge, entre outros, se o colegiado não for extinto.

PÁGINA 2



Antonio Carlos Magalhães recebe no Salão Nobre o primeiro-ministro de Cingapura, Goh Chok Tong

ACM defende continuidade da Subcomissão do Judiciário

Presidente do Senado afirma que muita coisa já foi apurada e espera pronunciamento da CCJ sobre o futuro dos trabalhos

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, rebateu ontem a tese de que a Subcomissão do Judiciário deixou de cumprir seu papel e defendeu a manutenção de seu funcionamento.

— A subcomissão já apurou muita coisa. Se deixar de existir, os que a impediram de continuar serão responsáveis pelos danos à imagem do Senado — advertiu.

Antonio Carlos lembrou que a própria CPI do Judiciário foi alvo de oposição quando de sua criação e depois terminou as investigações com sucesso:

— Todos falaram contra, mas foi a CPI que deu certo — disse, mostrando três volumes editados pelo Senado, com 4.160 denúncias que não puderam ser apuradas e aguardam o trabalho da subcomissão.

Ele explicou que espera pelo pronunciamento do senador José Agripino (PFL-RN) — presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, à qual a Subcomissão do Judiciário está submetida — sobre a



Para Antonio Carlos, Justiça do Trabalho não deve ocupar o prédio superfaturado

situação. Só convocará a Mesa para decidir os pedidos de quebra de sigilo apresentados pela oposição se a subcomissão continuar a existir.

O presidente do Senado respondeu às críticas que o responsabilizam pela situação por ter demorado a elaborar esses pareceres:

— Eu não podia decidir irresponsavelmente. Era preciso ver precedentes, examinar votos do Supremo, para respaldar a decisão. Tudo isso tem que ser estudado. Tem que ser feito com cuidado — afirmou.

O senador considera a participação da oposição como “importante”, mas não “fundamental” para a

subcomissão: “Fundamental é não reunir por falta de número”, esclareceu. Ele admitiu que a Comissão de Fiscalização e Controle teria condições teóricas de assumir a investigação do tema, mas não considera válida essa alternativa: “Poder, pode, mas a subcomissão é melhor”.

PRÉDIO

Antonio Carlos declarou-se contra a instalação do fórum trabalhista de São Paulo no prédio cuja construção deu lugar a irregularidades apuradas pela CPI do Judiciário.

— Sou contra. Aquilo já desmoralizou a Justiça do Trabalho. É um marco da corrupção — afirmou.

Ele não se opõe a que a obra seja finalizada, para evitar desperdício dos recursos investidos, mas com outra finalidade para o edifício:

— Pode terminar, mas dando outro destino, pois quem passar por ali não verá jamais a Justiça, verá sempre a corrupção — disse.

Comissão do Mercosul discute projetos

A representação brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul reúne-se hoje, às 15h, na Câmara dos Deputados. Na pauta da reunião estão, entre outros temas, projetos e relatórios relativos à extradição de criminosos entre os países-membros do Mercosul, transportes aéreos entre Brasil e Chile e cooperação cultural entre Brasil e Bolívia.

No dia 14, a comissão realiza o seminário “Institucionalização de um Parlamento para o Mercosul”, no plenário 8 da Câmara dos Deputados.

Primeiro-ministro de Cingapura visita o Senado

As perspectivas de crescimento do comércio entre a América do Sul e a Ásia foram o principal tema discutido pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, com o primeiro-ministro de Cingapura, Goh Chok Tong, durante encontro realizado ontem no Salão Nobre, dentro da agenda da visita oficial do dirigente estrangeiro ao Brasil.

Antonio Carlos ressaltou a existência de oportunidades de novos negócios entre os dois países, citando como exemplo a possibilidade de juntar a experiência adquirida pela Petrobras na prospecção de petróleo em águas pro-

fundas com a atividade das empresas de Cingapura especializadas na produção de equipamentos utilizados para esse fim.

O senador também assegurou ao primeiro-ministro que o Congresso Nacional dará todo apoio às iniciativas destinadas a aumentar o intercâmbio com a Ásia, e com Cingapura em particular.

Tong esclareceu que o objetivo de sua viagem é “construir uma ponte entre o Leste e o Sul”, e que seu país, consciente de ter negligenciado a América do Sul em favor dos Estados Unidos, Europa e Japão, está empenhado em reverter esse quadro o quanto antes.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 12 DE SETEMBRO DE 2000

Presidente

Antonio Carlos Magalhães

14h30 — Preside sessão deliberativa ordinária do Senado Federal.

Hora do Expediente: Será dedicada a homenagear a memória da ex-deputada federal e ex-vice-governadora do Distrito Federal, Márcia Kubitschek. Na ocasião será lançada nova edição do livro “Por que Construí Brasília”, do presidente Juscelino Kubitschek.

Brasil 500



PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLS nº 263/99, altera dispositivos da Lei nº 9.491/97, que dispõe sobre procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização; substitutivo ao PLC nº 73/97, que institui a Semana Nacional de Combate e Prevenção ao Câncer de Próstata; substitutivo da Câmara ao PLS nº 115/96, que restringe o uso de capuz em operações policiais; PDL nº 189/99, que renova a concessão outorgada à Rádio Paulista para serviço de radiodifusão em Paulista (PE); PDL nº 70/2000, que outorga permissão à DMD Associados, Assessoria e Programa para serviço de radiodifusão em Barra do Garças (MT); PDL nº 85/2000, que outorga permissão à Rádio Novo Horizonte para serviço de radiodifusão em Ibatiguara (AL); PDL nº 87/2000, que outorga permissão à Chapadão Radiodifusão para serviço de radiodifusão sonora em São Roque de Minas (MG); PDL nº 99/2000, que outorga permissão à Empresa Mutum de Comunicações para explorar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Nova Mutum (MT); PDL nº 108/2000, que outorga permissão à Fundação Rádio Educacional de Jataí para executar serviço de radiodifusão na cidade de Jataí (GO); PDL nº 110/2000, que outorga concessão ao Sistema Matagrande de Rádio e comunicação para explorar serviço de radiodifusão em Touros (RN); e PLS nº 109/95, que dispõe sobre a outorga e renovação de concessão ou permissão para explorar serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: entre outros, PLC nº 50/2000, altera a Lei nº 9317/96, que institui o Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples); PRS nº 27/2000, que estabelece alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações e prestações interestaduais com farinha de trigo; PRS nº 41/99, altera a PRS nº 96/99, que dispõe sobre limites globais para as operações de créditos externo e interno da União, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal e estabelece limites e condições para a concessão de garantias da União em operações de crédito externo e interno; PLS nº 153/2000, cria instrumento de redistribuição do Fundo de Participação dos Estados para antes da federação que cumpram todos os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal; Mensagem nº 123/2000, solicita ao Senado seja autorizada a elevação do limite de endividamento da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), em RS 3,3 bilhões, a serem destinados ao alongamento da dívida, sem aumento do endividamento total, sendo RS 2,2 bilhões a serem contratados no corrente exercício e RS 1,1 bilhão, em 2001; PLS nº 573/99, altera dispositivos da Lei nº 9.427/96, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica; PLC nº 47/99, que institui o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Fundtel); PRS nº 31/2000, altera dispositivos da Resolução nº 78/98, para regulamentar as antecipações de receita realizadas diretamente com contribuintes; Ofício “S” nº 20/2000, que encaminha ao Senado relatório sobre a operação de troca de títulos do tipo Brady por um novo título do tipo Global, conduzida pelo Banco Central, no valor de US\$ 600 milhões, e comunica que o texto da documentação traduzida será enviado à Casa tão logo esteja disponível; Mensagem nº 166/2000, que propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 51 milhões, de principal, entre o Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinada ao financiamento parcial do Programa de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária; PLS nº 460/99, altera o artigo 20 do Decreto-Lei nº 73/66, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros, para incluir entre os seguros obrigatórios o seguro de garantia das obrigações das administradoras de consórcios. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: entre outros, PLS nº 421/99, que torna obrigatório o uso do alfabeto braille nos manuais de especificações técnicas de eletromésticos e eletroeletrônicos; PLS nº 118/2000, altera dispositivos da Lei nº 8.401/92, que dispõe sobre o controle de autenticidade de cópias de obras audiovisuais em videograma posta em comércio; PLS nº 575/99, altera a Lei nº 9.612/98, que institui o serviço de radiodifusão comunitária para instituir o serviço de televisão comunitária; PLS nº 108/2000, altera o art. da Lei nº 9.615/98, que institui normas gerais sobre desporto, prorrogando o prazo para a transformação dos clubes em empresas até 30 de junho de 2002; PLS nº 326/99, que inscreve o nome de Chico Mendes no Livro dos Heróis da Pátria; PLC nº 105/96 (apensado ao PLS nº 154/97), que dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de entorpecentes e drogas afins; PLS nº 154/97 (apensado ao PLC nº 105/96), que dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão à produção, ao uso indevido e ao tráfico ilícito de substâncias entorpecentes e de drogas que causem dependência física ou psíquica; PLC nº 48/2000, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal de Tocantins. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

15h — Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Pauta: discussão e votação dos relatórios dos deputados Nário Rodrigues ao PL nº 910/99, que dispõe sobre a aquisição de produtos lácteos pelo governo federal; Germano Rigotto à Mensagem nº 681/99, que submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Extradicação entre os estados partes do Mercosul; Nelson Marchezan ao PDL nº 129/2000, que aprova o texto da emenda, por Traca de Notas, ao Acordo sobre Transportes Aéreos; e da deputada Marisa Serrano ao PDL — PDS nº 132/2000, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre os governos do Brasil e da Bolívia. *Plenário 16 — Anexo II da Câmara dos Deputados*

17h — Reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Mensagem nº 167/2000, que submete à apreciação do Senado o nome de Ilan Goldfajn, para exercer o cargo de diretor do Banco Central. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

17h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: instalação e eleição da Mesa. *Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Mensagem nº 119/2000, que submete à apreciação do Senado a escolha do nome de Francisco de Paula de Almeida Nogueira Junqueira para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República Tcheca; e Mensagem nº 140/2000, que submete à apreciação do Senado a escolha do nome de Elim Saturnino Ferreira Dutra para exercer a função de embaixador do Brasil junto ao Reino da Suécia. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 5*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150

Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170

Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéias Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senado pode impedir a privatização da Petrobras, da Caixa e do Banco do Brasil

O uso de capuz em operações policiais, critérios para a concessão de rádio e TV e um programa de controle do câncer de próstata são outros temas tratados por projetos incluídos na pauta de hoje

O Senado vota hoje projeto de lei do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que proíbe a venda de ações da Petrobras que excedam o mínimo necessário para manter a empresa sob o controle do governo. O projeto também impede a privatização da estatal, do Banco do Brasil (BB) e da Caixa Econômica Federal (CEF).

A manutenção pela União do controle acionário da Petrobras tornou-se obrigatória após a publicação da lei que regulamentou a política energética nacional. Depois, a lei que alterou as normas do Programa Nacional de Desestatização (PND) permitiu a venda das ações que excedam o necessário à manutenção do controle da Petrobras pela União. É isso o que o projeto de Álvaro Dias pretende alterar.

Também hoje, o Plenário vota projeto que institui o Programa Nacional de Controle do Câncer de



O projeto de Álvaro Dias revoga norma legal que pode levar à perda do controle acionário da Petrobras pela União

Próstata, a ser implementado a partir de novembro. Pelo projeto, o Executivo é autorizado a assumir os encargos da promoção e coordenação do programa, devendo realizar campanha institucional nos meios de comunicação e parcerias com as secretarias estaduais e municipais de Saúde para a realização de palestras sobre a doença e as formas de preveni-la.

Na mesma sessão, será votado substitutivo da Câmara a projeto do

Senado que restringe o uso de capuz em operações policiais. O texto exige a fundamentação por escrito da autorização para a descaracterização do agente, por meio de capuz ou outro meio impeditivo de identificação, e impõe como motivo para tal concessão a segurança dos familiares do policial.

Os senadores devem ainda votar projeto de Pedro Simon (PMDB-RS) que estabelece critérios para a outorga e renovação de concessão

para o funcionamento de emissoras de rádio e televisão. O texto a ser votado é um substitutivo da ex-senadora Luzia Toledo (PSDB-ES), aprovado pela Comissão de Educação, que retira do projeto o artigo que excluía dos possíveis beneficiários de emissoras os detentores de controle acionário de jornal diário localizado no mesmo estado. Na mesma sessão, o Plenário vota decretos legislativos outorgando concessão de funcionamento a seis emissoras de rádio.

Na sessão de hoje, a Hora do Expediente será dedicada à memória da ex-deputada e ex-vice-governadora do Distrito Federal Márcia Kubitschek. A homenagem foi solicitada pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO) e já estão inscritos para falar Pedro Simon, Iris Rezende (PMDB-GO) e Ney Suasuna (PMDB-PB).

CRE sabatina candidatos a cargos diplomáticos

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) deve apreciar, a partir das 17h30 de hoje, a indicação do diplomata Francisco



José Sarney

de Paula de Almeida Nogueira Junqueira para ocupar o posto de embaixador do Brasil junto à República Tcheca. Na mesma sessão da CRE, presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), também será sabatinado o diplomata Elim Saturnino Ferreira Dutra, indicado para embaixador do Brasil junto à Suécia. A sabatina e votação dos indicados serão realizadas em reunião secreta.

Comissão de Orçamento elege relator e presidente

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização reúne-se hoje, às 17h, para eleger o presidente e vice-presidente da comissão e o relator do Orçamento da União para 2001. O senador Amir Lando (PMDB-RO) deverá ser eleito relator, indicado por seu partido. A presidência deverá ser ocupada pelo deputado Alberto Goldman (PSDB-SP).

O projeto orçamentário para 2001 prevê receitas de R\$ 268,9 bilhões e despesas de R\$ 201,1 bilhões, crescimento de aproximadamente 15% em relação ao Orçamento a ser executado neste ano. E prevê que o estoque da dívida interna e externa da União chegará a R\$ 922,6 bilhões em 31 de dezembro de 2001.

Considerado por muitos como a mais importante matéria sobre a qual o Congresso delibera todo ano, o Orçamento será discutido e emendado por cerca de três meses, devendo ser votado até o início do recesso parlamentar, dia 15 de dezembro. Neste ano, além de votar o Orçamento, a Comissão Mista de Orçamento estará encarregada de discutir uma mudança na Constituição, com a finalidade de tornar obrigatória a execução do Orçamento, que hoje é apenas autorizativo.

CAE examina indicação de diretor do Banco Central

A autorização para a Petrobras tomar empréstimo de R\$ 3,3 bilhões é um dos 13 itens da pauta da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), marcada para as 10h de hoje. A CAE reúne-se outra vez, às 17h, para votar a indicação de Ilan Goldfajn para a Diretoria de Política Econômica do Banco Central.

Os acordos do governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional (FMI) também podem começar a ser votados. Se a CAE acatar parecer favorável ao projeto de lei do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), relatado pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG), o Se-

nado vai se pronunciar sobre os acordos que se seguiram à crise externa que gerou a maxidesvalorização de janeiro de 1999.

A CAE também deverá votar empréstimo de US\$ 51 milhões que o governo federal quer tomar junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O voto do relator, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), é favorável à operação. O dinheiro vai financiar parte do programa de consolidação e emancipação de assentamentos da reforma agrária.

Outro projeto na pauta da CAE é do senador Osmar Dias (PSDB-PR), que sugere a criação de estímulos

financeiros aos estados que cumprirem à risca a Lei de Responsabilidade Fiscal. Os estados que se enquadrassem nas exigências de maior disciplina fiscal receberiam mais dinheiro do Fundo de Participação dos Estados (FPE). O relator, senador Agnelo Alves (PMDB-RN), emitiu parecer contrário.

Osmar Dias também é autor do projeto, igualmente em tramitação na CAE, que reduz de 12% para 7% a alíquota do ICMS cobrado nas operações interestaduais com farinha de trigo. O parecer do relator, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), é favorável ao projeto, que visa reduzir o preço

do produto.

Dois projetos de lei para incentivar os setores energético e de telecomunicações também vão ser debatidos na reunião da comissão. O senador José Jorge (PFL-PE) propõe que os benefícios concedidos às pequenas centrais hidrelétricas sejam estendidos a todas as formas alternativas de geração de energia, como eólica e solar. Já um projeto da Câmara dos Deputados propõe a criação do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funntel), voltado para a pesquisa de novas tecnologias na área.

CE vota criação de serviço de TV comunitária

A Comissão de Educação (CE) deverá votar na reunião de hoje parecer favorável da senadora Emília Fernandes (PDT-RS) a projeto que cria o serviço de televisão comunitária.

De autoria do senador Paulo Hartung (PPS-ES), a proposta será examinada em caráter terminativo na comissão. Se aprovada, seguirá para a Câmara, e só será examinada pelo Plenário do Senado se esse procedimento for solicitado por nove senadores.

Nas mesmas condições, inclu-

sive com parecer favorável da senadora do Rio Grande do Sul, a CE apreciará projeto do ex-senador Djalma Falcão, que obriga o uso do alfabeto braille nos manuais de eletrodomésticos e aparelhos eletrônicos.

Outra matéria incluída na pauta da Comissão de Educação é a proposta para a criação de uma universidade federal no estado do Tocantins.

De iniciativa do Poder Executivo, o projeto tem parecer favorável do senador Siqueira Campos

(PFL-TO). Ele destaca o fato de a matéria ser uma antiga reivindicação da bancada do estado.

A pauta da reunião da CE também inclui outros projetos. A senadora Marina Silva (PT-AC) propõe a inscrição do nome de Chico Mendes — líder dos seringueiros assassinado no Acre — no Livro dos Heróis da Pátria. O senador Romero Jucá (PSDB-RR) quer renomear dois trechos da BR-401, em Roraima. Pela proposta, um dos trechos deverá ser chamado Rodovia Luiz Otávio Corrêa Melo



Emília Fernandes é favorável à proposta de criação do serviço de TV comunitária

e outro, Rodovia Sylvio Lofêgo Botelho. Os senadores também vão examinar quatro pedidos de renovação para funcionamento de emissoras de rádio e TV.

Freitas Neto cobra reajuste salarial para os servidores

Embora o trabalhador do setor privado e algumas categorias da administração pública tenham obtido ganhos salariais desde a implantação do Plano Real, o servidor público não registrou qualquer reajuste nos últimos sete anos e ainda teve seu poder aquisitivo corroído pela inflação. A afirmação foi feita ontem pelo senador Freitas Neto (PFL-PI) ao defender reajuste salarial para servidores públicos federais, estaduais e municipais.

— Não defendo, em hipótese alguma, uma política orçamentária irresponsável, assim como não deixo a retomada da inflação. Proponho, isso sim, que se faça justiça. Acharmos inadmissível que todos os ônus recaiam em apenas um segmento. Talvez até outros setores tenham suportado os custos da presente política econômica, mas nenhum como o funcionalismo público — afirmou.

Freitas Neto também assinalou que os servidores vêm sendo “demonizados de todas as formas”. Segundo ele, uma seqüência de medidas governamentais coloca os servidores em difícil posição perante a sociedade, como se fossem responsáveis por todos os males do país.

— Até o lamentável episódio das obras do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo levou à edi-



Freitas Neto: políticas governamentais colocam o servidor em situação difícil perante a sociedade

ção de atos que dizem respeito ao funcionalismo, como o Código de Conduta.

Para o senador, impor aos servidores um código de conduta que garanta transparência ao exercício da função pública é algo positivo, mas “insinuar qualquer correlação entre o conjunto do funcionalismo e irregularidades como as que vêm chocando a opinião pública nacional representa uma humilhação imerecida”. Freitas disse ainda que o governo, em todos os níveis, deve buscar o aperfeiçoamento da máquina administrativa e a sua transparência, mas a forma eficaz de atingir essa meta não é maltratando o funcionalismo.

— Ao contrário, será muito mais fácil garantir eficiência qualificando os servidores, valorizando-os profissionalmente — ressaltou.

Simon propõe mudança no combate à violência

Senador defende a criação de um serviço social obrigatório para jovens como alternativa aos atuais programas do governo

Como alternativa aos atuais programas de combate à violência, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) sugeriu um resgate do que representou em outros tempos o serviço militar: atividades de formação, de orientação cultural e de cidadania. Ele propôs a criação de um serviço social obrigatório com jovens atuando em escolas, parques e favelas.

— Faltam alma e sentimento aos programas oficiais que procuram atacar as inúmeras causas da crescente violência registrada nas grandes cidades brasileiras — afirmou o senador.

Nos gabinetes de economistas, sociólogos e demais técnicos, os problemas sociais brasileiros são, na opinião de Simon, equacionados de maneira “fria, gélida, impessoal”, e os resultados mal tangenciam os efeitos positivos que eram gerados pelo serviço militar obrigatório.

Entre as causas dos crescentes índices de criminalidade no país, Simon disse que o desemprego e a falta de um lar e de escola são as principais. A televisão, por sua vez, tornou-se também importante fonte de violência, dado que a família e a escola perderam parte de sua im-



Simon atribui crescimento da violência ao desemprego e à falta de um lar e de escola

portância como agentes de formação. Enganam-se, entende Simon, aqueles que vêem na pobreza uma das causas da violência. “Um pobre que tenha emprego, moradia simples e condições de dar comida e roupa aos filhos pode ter um padrão de vida digno”, afirmou.

Impressionado com as seguidas manchetes dos jornais brasileiros sobre crimes praticamente sem causa que têm ocorrido na capital do país, o senador contrapôs um exemplo bem-sucedido de campanha cívica que transformou Brasília numa das poucas cidades brasileiras em

que há efetivo respeito ao pedestre, revertendo índices de mortes no trânsito até então alarmantes. O programa Comunidade Solidária, em seu início, quando a sociedade estava diretamente envolvida com ele, seria outro exemplo.

O senador Lauro Campos (PT-DF) concordou com Simon quanto à falta “de alma, de coração e emoção no trato dos problemas das crianças abandonadas”. O senador petista propôs uma análise dos 40 anos da capital federal. Na construção de Brasília, homicídio era coisa rara, “não havia bancos, o que era uma beleza, do meu ponto de vista”, havia pleno emprego e as pessoas deixavam as portas de suas casas abertas.

JOSAPHAT MARINHO

O senador Pedro Simon também solicitou à Mesa que inclua nos Anais do Senado artigo intitulado *Crise de Ética*, de autoria do ex-senador Josaphat Marinho e publicado no jornal *Correio Braziliense* do dia 2 de setembro último. No texto, o ex-senador pela Bahia analisa as razões que levaram o governo a criar o código de ética para a alta administração federal.

Lauro acusa governo de fazer o povo cobaia do neoliberalismo

O senador Lauro Campos (PT-DF) afirmou ontem, no Plenário, que o presidente Fernando Henrique Cardoso converteu o povo brasileiro em cobaia do neoliberalismo. Em seu discurso, o senador criticou as várias alterações na política econômica do governo, “geralmente contraditórias”.

— Eles não podem estar certos, falando, no momento seguinte, coisas totalmente diferentes uma das outras e pondo em prática políticas contrárias umas às outras. Assim, eles desmoralizam a economia e os economistas. O presidente quer que acreditemos nele, mas em qual de suas versões? — indagou o senador.

Lauro Campos explicou que o liberalismo, surgido em 1873, é uma doutrina que criou um mundo abstrato, onde não existe lu-

gar para o ser humano e tudo pode ser mudado automaticamente, de acordo com o interesse do mercado. Para o senador, diante da crise econômica, do desemprego e da dívida pública fizeram ressurgir o neoliberalismo, sepultado pela História em 1929, quando a experiência fracassou.

O senador exemplificou as contradições do governo quando este defendia que a inflação era causada pelo excesso de demanda, tendo como consequência a necessidade de reduzir renda, mantendo nessa fase o congelamento de salários e o desemprego de trabalhadores. Agora, véspera das eleições municipais e com a popularidade baixa do governo, analisou, esse postulado não é mais válido e, portanto, promete-se reajuste salarial e uma política de emprego.



Lauro Campos afirma que o governo coloca em prática políticas contraditórias

Lauro Campos lembrou que Fernando Henrique prometeu na campanha para seu primeiro mandato um salário mínimo de US\$ 250 e que em seu segundo governo o salário está valendo apenas US\$ 75. Outra contradição do atual governo, apontada pelo senador, foi a política de importação e valorização do real, transformada, em seguida, pela necessidade de exportação e desvalorização da moeda.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Cidadania* — Sen. Lúcio Alcântara e o ministro Walter Costa Porto, do TSE, falam sobre o dicionário do voto
7h30 — *Entrevista* — Sen. Lauro Campos fala sobre o plebiscito da dívida
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *TV Escola* — *Brasil 500 anos* — Na companhia dos holandeses
9h — *Cores do Brasil* — Pernambuco
9h30 — *Entrevista* — Sen. Marina Silva fala sobre o controle social das verbas públicas
10h — Comissão de Assuntos Econômicos (vivo)
Logo após — Comissão de Educação (gravado)
13h30 — *Cidadania* — Sen. Lúcio Alcântara e o ministro Walter Costa Porto, do TSE, falam sobre o dicionário do voto
14h30 — Sessão Plenária (vivo)
Logo após — Comissão de Assuntos Econômicos (vivo)
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — Comissão de Infra-Estrutura (gravado)
Logo após — Comissão de Relações Exteriores

(gravado)

Logo após — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
10h — Comissão de Assuntos Econômicos
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal